

Aspectos do problema cultural português¹

Bento de Jesus Caraça

SENHOR PRESIDENTE. MEUS AMIGOS:

No documento lido pelo Prof. Azevedo Gomes, em nome da Comissão Central do M.U.D. no início desta sessão, contêm-se algumas interrogações acerca do problema da Educação Nacional em Portugal. Essas interrogações são de todo o ponto oportunas, dado que, entre a opinião manifestada pelo sr. Presidente do Ministério de que considerava urgente, há mais de 20 anos, naquele sector da Administração Pública uma vasta acção reformadora, e a inexistência dessa acção da parte dos sucessivos governos da sua presidência, existe uma patente contradição.

A esta pergunta legítima — onde está a Reforma de Instrução Pública do Estado Novo? — a quase totalidade dos portugueses responderá — essa reforma não existe, Tem-se, no entanto, falado muito nela e tem-se mesmo chegado, por vezes, a anunciá-la. Pelo menos, se não uma reforma completa do nosso sistema de instrução, uma reformazinha em algum dos seus sectores — tal Ministro anunciou uma reforma do Ensino Superior, e não foi capaz de a fazer, tal outro uma do Ensino Liceal, e recuou. De modo que, ao cabo de vinte anos, a situação é ou parece ser esta — nada de reforma, se bem que esteja sempre uma pronta a sair. E não faltarão decerto aqueles que deste facto tirem a pronta ilação de incapacidade da chamada «democracia orgânica» para reformar o ensino em Portugal.

Pois bem, meus amigos, esta ilação não corresponde à verdade; nos últimos anos procedeu-se, no nosso País, a uma grande modificação no nosso sistema de ensino que constitui, não por certo uma vasta reforma, mas de seguro, uma profunda contra-reforma. Contra-reforma que não apareceu de uma vez, em bloco, nas colunas do «Diário do Governo», mas num conjunto de medidas pequenas, espaçadas, sem nexos aparentes, mas não obedecendo menos a uma acção metódicamente planeada, tenazmente executada.

É o enunciado de algumas etapas e dos resultados mais evidentes dessa contra-reforma que constitui o objectivo desta minha intervenção.

Começemos por alguns factos facilmente referenciáveis por meio de datas, medidas administrativas e números.

Encontramos em 1937 a extinção das escolas oficiais infantis. O ensino infantil constitui hoje, em Portugal, um privilégio de classe só acessível àqueles que podem arcar com as respectivas despesas. Da influência que esse facto tem na vida social do povo português conhece cada um pelas dificuldades próprias que ele lhe acarreta, conhecemos todos pelo espectáculo degradante que nos oferecem as ruas da cidade, pejudadas de crianças nas mais aviltantes condições materiais e morais.

Encontramos ainda o encerramento das Escolas Normais em 1936, encerramento que se prolongou até 1942. Seis anos sem ensino de preparação de professores primários teriam de acarretar embaraços sérios para o funcionamento das respectivas escolas. Que o ensino primário entre nós nunca teve aquele grau de extensão e eficiência e aquela situação de proeminência que deve possuir em qualquer povo civilizado, sabemos-lo todos bem.

¹ Intervenção lida na sessão promovida pela CC do MUD, 30-11-1946, em A Voz do Operário

Mas que uma situação dessas, já suficiente para nos envergonhar há vinte anos, continue, não a mesma, mas agravada em forte medida, é facto que por si só chega para, sem remissão, condenar um regime.

É que não se trata apenas de termos estado, durante seis anos, sem escolas de preparação de professores primários. Esta medida deve ser considerada em conjunção com outra que a completa, agravando-a — a criação dos chamados postos de ensino ou postos escolares.

Toda a gente sabe o que são estes postos escolares — forma embrionária da escola elementar, lhes é chamado na introdução ao decreto n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936.

Neles se limita o ensino primário de 4 a 3 anos, dando-lhes, por meio de professores reduzidos, os chamados regentes, às vezes semi-analfabetos, e com vencimentos reduzidos, a função reduzida de ensinar a ler, escrever e contar. Que esta medida foi tomada em larga escala, mostram-no os números oficiais seguintes — no ano lectivo de 1943-1944, havia 10339 professores primários e 3083, quase um terço, de regentes.

E não se julgue que, com a criação dos postos, se procurou apenas uma solução de emergência, como seria o caso se eles fossem instalados em sítios onde não houvesse escolas primárias e enquanto elas lá não fossem criadas. Não, não só eles foram, por vezes, substituir escolas extintas, como ainda, na citada introdução ao decreto n.º 27279, se diz que «pondo termo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas, ainda que de simpático bairrismo, o problema da educação popular só pode ser resolvido — e há-de sê-lo dentro do vasto programa de reconstituição nacional já aprovado — por meio da maior difusão de postos escolares».

A situação a que esta política de instrução nos conduziu é simplesmente esta — *somos hoje o país da Europa com o mais baixo esquema de instrução pública*. Com efeito, somos o único país da Europa em que a obrigatoriedade de instrução pública para todos, se estende legalmente apenas pelos 4 anos que vão dos 7 aos 11 anos de idade.

Por toda a parte, o ensino para todos, começando aos 6 ou 7 anos, vai até aos 13 ou 14 e, nalguns países mais adiantados, ainda para além desta idade. Na Suíça, por exemplo, vai até aos 15, na Inglaterra até aos 15 e está sendo introduzido até aos 16, na Rússia até aos 15 e estava sendo introduzido até aos 18, antes da agressão alemã.

Se a isto juntarmos que os famosos postos de ensino reduzem ainda os quatro anos para três, fica bem patente, creio eu, o grau do nosso atraso, e até do que se retrocedeu nesta matéria nos últimos vinte anos.

Eu não sei se todos os portugueses se deram já conta da nossa real situação a este respeito, mormente se nos recordarmos de que vivemos numa época que bem pode designar-se por *idade da técnica*.

Creio bem que não, e julgo por isso oportuno oferecer à vossa meditação alguns números elucidativos.

Pelo último censo estatístico do povo português, verifica-se que a percentagem dos indivíduos maiores de 7 anos que sabem ler é de 47,5%. O que nos dá uma taxa de analfabetismo de 52,5%. Mas estes números ainda nos não dizem tudo; a situação é muito mais grave, se pensarmos em que bom número daqueles que a estatística nos diz que sabem ler, são pessoas cujo grau rudimentar de instrução, adquirida em postos escolares, em escolas regimentais ou em ensino doméstico, não oferecem garantias de não serem ou virem a ser, a breve trecho, analfabetos totais. Procuremos, portanto, no censo da população, aqueles que possuem ao menos a instrução primária ou a frequentam ainda. Esses constituem apenas 19,5% da população maior de 7 anos. Um índice mais expressivo ainda, nos é dado pelo estudo do grupo da população dos maiores de 20 anos. Num total de 4 milhões e 500 mil maiores de 20 anos há

apenas 630 mil que possuem instrução primária completa, ou seja uma percentagem de 14%, o que nos leva a taxa iletrados reais para a casa dos 86%.

Bem sabemos que tudo isto tem as suas raízes no passado, que não quero aqui isentar das culpas que lhe cabem. Mas 20 anos são 20 anos — países há que, em menos tempo, operaram uma viragem total — e as responsabilidades desses 20 anos são tanto maiores quanto eles constituem, conforme nos tem sido dito e repetido, a época da *política do espírito*.

Vejamos ainda, porque vale a pena, alguns números mais. '

Há vinte anos, as despesas de instrução pública tomavam aproximadamente 9,3% das despesas totais do Estado — percentagem baixa, vergonhosamente baixa, forçoso é afirmá-lo. Mas com não pequeno espanto se verifica que a *política do espírito* foi abaixando lentamente esta percentagem que, antes da guerra, tinha caído para 8% e agora, passada ela, se fixou na casa dos 7%.

Outros índices não menos expressivos nos oferece o último orçamento geral do Estado — o deste ano, 1946. Nele se atribui a toda a instrução primária no país uma verba (110 000 contos) inferior em mais de 10 000 contos à verba ordinária da segurança pública (Polícias e Guarda Nacional Republicana). Com a P.S.P. gasta-se, aproximadamente, o mesmo do que com todo o ensino universitário e de Belas-Artes. Só a verba ordinária atribuída à G. N.R. é superior em mais de 10 000 contos às verbas somadas do ensino liceal e técnico elementar e médio.

Alguns destes números talvez tenham de ser revistos, dir-me-ão, pois há a contar com a verba extraordinária de 67 500 contos inscrita no Orçamento para a construção de edifícios escolares.

Esperemos pela publicação das Contas, para vermos o que aconteceu a essa verba — em 1944 foram orçamentados 20 000 contos para a construção de escolas primárias e não se chegaram a gastar 2800.

Passemos agora a referir rapidamente alguns factos que, não sendo traduzíveis em números, não são no entanto menos elucidativos acerca do problema que estamos estudando.

Em que condições exerce hoje o professor o seu mister de ensinar? Pergunta capital, em cuja resposta vai muito da eficiência da Escola e do valor intelectual e moral do ensino. Posso afirmar, sem receio de exagerar, que essas condições se caracterizam essencialmente assim: deficiência de meios pedagógicos; deficiência de meios materiais da vida do professor; limitação das condições de independência mental dos agentes educativos.

O professor hoje, em Portugal, vive com dificuldade de vida e com *medo*, esse terrível medo que se apoderou da quase totalidade da população portuguesa. Tenho já o tempo de vida bastante para poder ter observado, durante mais de 20 anos, a evolução duma certa corporação científica, e ter verificado nela a instalação e o alastramento desse processo de destruição progressiva do professor português. E é preciso registar que, a despeito de casos isolados de resistência heróica, esse processo de destruição tem produzido os seus efeitos.

A coisa vai mesmo mais longe — a política do medo não atingiu apenas uma determinada camada social ou profissão. Não, essa política foi a todos os sectores da vida nacional e a todos os núcleos de actividade privada e pública, procurando transformar-nos num povo aterrado, reduzido à condição deprimente de passarmos a vida a desconfiar uns dos outros. Mas o que é mais curioso, nesta questão, é que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu apenas que os pequenos tenham medo uns dos outros e dos grandes, ou os indivíduos tenham medo das instituições. O próprio Estado foi vítima do seu jogo e acabou por ser tomado de medo dos cidadãos. Pois não é verdade que é a Polícia política hoje quem supervisa o recrutamento dos funcionários e até a dos investigadores científicos? Porque é senão por medo, que se gasta mais com a segurança do que com a instrução primária?

E porque é ainda, senão por medo, que se não fazem eleições livres?

De forma que, temos de o concluir, a primeira coisa a fazer para sermos gente é extrair o medo dos corações dos portugueses, fazendo deles homens generosos e fortes, libertos da grilheta da mais aviltante das escravidões.

Um outro aspecto desta mesma questão é o resultado dum conjunto de medidas tendentes a fazer da nossa Escola uma Escola antidemocrática. E ela é-o de facto hoje, por vários motivos. Porque o seu ensino, nas matérias que a isso de perto ou de longe se prestam, é tendencioso; basta citar as deformações do ensino da História e da Moral nos Liceus, e esse monstro grotesco que é o livro único das escolas primárias. Muitos pais aqui poderiam dizer, melhor do que eu, das horas angustiadas que têm passado para conseguir libertar os filhos da deformação mental qua a Escola de hoje lhes impõe.

É ainda antidemocrática pelas condições em que nela se faz a selecção dos estudantes. Contra o que tende hoje a ser praticado em toda a parte, o elemento fundamental da selecção entre nós é o dinheiro, cada vez mais dinheiro, transformando a aquisição da cultura, para cima da instrução Primária, no mais repelente dos monopólios. Ainda a este respeito, a Estatística nos fornece um

precioso elemento de apreciação. Pelo censo de 1940, a percentagem dos indivíduos da população maior de 7 anos que possui ou frequenta o ensino secundário em qualquer dos seus ramos é de 2,2%. E se pensarmos em que o nível desse ensino secundário não vai por vezes além do do ensino obrigatório nalguns países civilizados, chegamos à dura conclusão de que 98% dos portugueses estão fora daquele conjunto de conhecimentos que é hoje normal considerar como devendo ser possuídos por todos.

Haverá quem objecte por certo que isso não representa propriamente um monopólio de classe já que, graças ao sistema das Bolsas de estudo, nos tais 2% há certamente filhos de gente desprovida de recursos. Não o nego, mas atente-se na exígua percentagem de Bolsas de estudo a conceder, e logo se notará que ainda aí operou o medo — desta vez o medo de poder vir a dar-se o caso de os filhos do povo irromperem em massa entre os senhores doutores.

A nossa Escola é ainda antidemocrática porque à massa estudantil que a frequenta foram há muito tirados os direitos de livre agremiação. E eu, que já fui professor, sei muito bem o papel salutar que desempenha numa Escola a existência de Associações Académicas livres.

Meus amigos: De tudo o que disse resulta esta conclusão que eu bem desejaria que ficasse marcada a letras de fogo nas nossas consciências — é que o problema do ensino entre nós ultrapassou já, de longe, o plano da urgência ou não-urgência da sua reforma. Os estragos produzidos por um sistema decrépito de estudos, e que já agora levarão muitos anos a reparar, são de tal ordem que o problema se coloca noutro plano — o da existência nacional. É que eu não creio que tenha grande probabilidade de sobrevivência, por muito tempo, como nação *de facto* independente, um país que, na *idade da técnica*, tem, sobretudo nos ramos primário e técnico, uma ruína de ensino como nós temos.

O Sr. Presidente do Ministério disse, no seu discurso, que se aproximam tempos em que uma grande divisão separe os portugueses — a divisão entre os que servem a Pátria e os que a negam. Eu estou convencido de que esses tempos não se aproximam — estamos neles. E ainda de que se todos os portugueses, em plena consciência e sentido de responsabilidade, tomarem o seu partido em relação a este problema crucial — ser por uma viragem total no sentido do nosso apetrechamento cultural e técnico, ou ser pelo prolongamento do abismo de ignorância e obscurantismo em que se está fazendo mergulhar o povo português — se todos tiverem a coragem de o fazer publicamente, então ficaremos sabendo bem quais são os portugueses que negam a Pátria e quais aqueles que a servem.